

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO E A EMPRESA**

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOENF de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 18.655/2023** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços nº 231/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa prestadora de **SERVIÇO DE VEICULAÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, EM CANAL DE TV ABERTA**, com alcance em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:



ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	MARCA	QUANT.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 7h às 8h (de segunda à sexta)	UND		20		
2	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 7h às 8h (de segunda à sexta)	UND		10		
3	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 8h às 9h (de segunda à sexta)	UND		20		
4	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 8h às 9h (de segunda à sexta)	UND		20		
5	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (de segunda à sexta)	UND		10		
6	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (de segunda à sexta)	UND		20		
7	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (de segunda à sexta)	UND		50		
8	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (de segunda à sexta)	UND		20		
9	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 19h (de segunda à sexta)	UND		25		
10	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 19h (de segunda à sexta)	UND		10		
11	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 19h às 20h (de segunda à sexta)	UND		30		
12	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 16h às 18h (aos sábados)	UND		15		
13	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 9h às 10h (aos domingos)	UND		15		
14	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 12h às 13h (aos domingos)	UND		20		
15	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 14h às 16h (aos domingos)	UND		5		

16	892	Inserção de vídeo institucional de 15 segundos na faixa horária compreendida das 14h às 16h (aos domingos)	UND		10		
17	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 18h às 21h (aos domingos)	UND		25		
18	892	Inserção de vídeo institucional de 30 segundos na faixa horária compreendida das 21h às 23h (aos domingos)	UND		25		
TOTAL GERAL:							

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de (mês) meses , com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.6. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.7. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.8. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

4.1.2.	Elemento de Despesa:	33.90.39.10
4.1.3.	Fonte de Recurso:	1500000000000
4.1.4.	Programa de Trabalho:	02002.0413100022.006

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

5.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 5.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 5.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 5.1.3. FGTS;
- 5.1.4. PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- 5.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 5.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.4. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 258/18.

5.5. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

5.6. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, devidamente comprovadas.

6.2. Enquanto não reajustado o contrato presume-se o seu equilíbrio.

6.3. No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, no reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.4. Aplicação do índice de reajuste se fará a requerimento da contratada.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

6.6. Nas aferições finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituto, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento de contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

8.1. A emissora de TV CONTRATADA deverá:

- 8.1.1. Ter cobertura abrangente em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro;
- 8.1.2. Realizar a inserção dos anúncios de acordo com o material produzido e fornecido pela CONTRATANTE, para exibição dentro da programação normal diária, conforme as especificações estabelecidas e obrigações assumidas;
- 8.1.3. Veicular o material fornecido pela CONTRATANTE, em formato MP4 ou outro de igual ou superior qualidade, acordado entre as partes, nos horários estabelecidos nas especificações técnicas;
- 8.1.4. Garantir que a reprodução de som e de imagem ocorra com qualidade igual ou superior daquela contida na mídia original;
- 8.1.5. Garantir que a transmissão do sinal das imagens e de áudio seja límpida, sem ruído, sem chiado, sem interferências ou quaisquer outros que possam comprometer a qualidade da recepção das transmissões;
- 8.1.6. Cumprir rigorosamente o código Civil e as Normas Técnicas da ABNT;
- 8.1.7. Ter alcance mínimo de share de 40% (quarenta por cento) na região, reconhecido por órgão de credibilidade nacional na verificação de veiculação de audiência de TV;
- 8.1.8. Deverá estar devidamente outorgada pelo Ministério das Comunicações e Anatel;
- 8.1.9. Garantir que o conteúdo programado para o horário seja integralmente reproduzido ao longo de toda a vigência contratual;
- 8.1.10. Garantir que as transmissões não serão compartilhadas com o mesmo espaço de anúncios publicitários não condizentes com a seriedade do Município;
- 8.1.11. Manter equipe técnica capacitada a executar intervenções operacionais e de manutenção nos equipamentos durante os horários programados para as transmissões a fim de que não haja interrupção dos serviços.
- 8.1.12. Assegurar que em caso de interrupção ou alteração da transmissão irá imediatamente providenciar as medidas técnicas e operacionais para restabelecimento do sinal e informar ao servidor designado o ocorrido e encaminhar justificativa da interrupção do serviço para análise do gestor, sob

pena de glosa de pagamento, exceto nos casos que se demonstre caso fortuito ou força maior;

8.1.13. Indicar representante técnico com competência para proceder ao acompanhamento, fiscalização e informações sobre a execução do objeto;

8.1.14. Apresentar, quando solicitado, indicadores de alcance de transmissão (audiência) por dia e horário de exibição, no município e/ou em cada município, considerando o alcance de toda a região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

8.2. A empresa vencedora do certame deverá iniciar os serviços após o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, sendo que os serviços a serem efetuados na própria sede da proponente, através de pessoal contratado por esta.

8.3. A empresa contratada deverá realizar a inserção dos anúncios de acordo com o material produzido e fornecido pelo servidor designado para exibição dentro da programação normal diária, conforme as especificações estabelecidas e obrigações assumidas.

8.4. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, a planilha de comprovação de inserção de veiculação, separadamente, devidamente assinada, e com cópia do conteúdo do material publicado, constando o termo descrito do que foi veiculado. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital, independente de transcrição.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 - O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MAT.	GESTOR / FISCAL
Jéssica Labandeira da Silva	062.642	Gestor
José Roberto Ruiz de Azevedo	063.080	Gestor Substituto
Daniele Eddie da Costa Pinto	199.054	Fiscal
Willian Miranda Munhoz	062.135	Fiscal Substituto

9.3 - O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 - O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.5 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.6 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 - Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei

8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

10.2 - Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.2.1 - Garantir que eventuais serviços necessários à substituição e ou manutenção de equipamentos não interfiram na qualidade e/ou provoquem a interrupção da distribuição do sinal, nos horários estabelecidos para a transmissão.

10.2.2 - Indicar representante técnico com competência para proceder ao acompanhamento, fiscalização e informações sobre a execução do objeto.

10.2.3 - Apresentar, quando solicitado, indicadores de alcance de transmissão (audiência) por dia e horário de exibição, em cada município.

10.2.4 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela veiculação do material, sem ônus para o Município, nos casos de incorreções.

10.2.5 - A CONTRATADA deverá permitir que a execução dos serviços seja acompanhada pela Secretaria de Gabinete do Prefeito.

10.2.6 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.2.7 - Ser o único responsável por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

10.2.8 - Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao Município de Nova Friburgo/RJ ou a terceiros, provenientes da prestação do serviço, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público Municipal.

10.2.9 - Manter durante a futura contratação, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.2.10 - Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

10.2.11 - Fornecer e executar o objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição ou ordem de serviço, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável.

10.2.12 - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que a prestação do serviço vier causar ao Município de Nova Friburgo/RJ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

10.2.13 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do Município de Nova Friburgo/RJ.

10.2.14 - Cientificar, imediatamente, à Secretaria de Gabinete do Prefeito e/ou ao servidor designado / Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

10.2.15 - Enviar obrigatoriamente, juntamente com a nota fiscal, cópia das certidões negativas do INSS, FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

11.2 Comete infração administrativa:

11.2.1- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.2.2 Apresentar documentação falsa;

11.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.2.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.2.5 Não manter a proposta;

11.2.6 Cometer fraude fiscal;

11.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;

11.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de preços.

11.4 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

11.4.1- Advertência;

11.4.2- Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.4.3- Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

11.4.4- Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.4.5- Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.4.6- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.4.8- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.4.9 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

11.4.10 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (D) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2023.

Responsável legal da CONTRATANTE



Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -